

# A PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO BRASIL: UMBREVE RELATO DA HISTORICIDADE AO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO BRASILEIRO

*STRICTO SENSU POSTGRADUATE EDUCATION IN BRAZIL: A BRIEF ACCOUNT  
OF HISTORICAL CONTEXT AND TRANSFORMATIONS IN BRAZILIAN  
EDUCATION*

**Luciano Dias Delfino**

Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais  
no Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5158691507770223>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2572-6791>  
E-mail: [lucianod56@gmail.com](mailto:lucianod56@gmail.com)

**Simone Cabral Marinho dos Santos**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6921624271452465>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8338-8482>  
E-mail: [simonecabral@uern.br](mailto:simonecabral@uern.br)

**José Raul de Sousa**

Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1267801743864573>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1890-1347>  
E-mail: [raul.sousa123.rct@gmail.com](mailto:raul.sousa123.rct@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada *Pós-Graduação Stricto Sensu no Semiárido Potiguar a busca pela superação da assimetria regional: Um Estudo na Uern/Campus Pau dos Ferros (RN)*, evidenciando o atual cenário dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil. Partindo dessa premissa, neste ensaio apresentamos a historicidade das pós-graduação, com bases nos moldes europeus na década de 1940, avançando na da década de 1960, por meio de um convênio com a Fundação Ford, na área de Engenharia, assim, surgiu a Comissão Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), quando houve a criação de cursos voltados para as pós-graduações nas áreas supracitadas, passando, assim ao início de seu processo de surgimento e fixação no Brasil, até os dias atuais. De natureza qualitativa, a pesquisa tem um caráter teórico, a partir do embasamento de estudiosos como Brasil (2018), Balbachevsk (2005), Hostins (2006), Kuenzer e Moraes (2005), Minayo (2001), Moritz e Melo (2011), Pádua (2004), Richardson (2011), Santos (2003), Silva (2010). Assim, está fundamentada por meio de documentos de órgão de fomento CAPES, CNPQ, MEC, artigos e revistas com validade no meio acadêmico, como também, Decretos, Estatutos e Leis que embasam e avaliam as pós-graduações brasileiras, estes que caracterizam os processos de transformações do referido Ensino. Os estudos evidenciam que a pós-graduação galgou de maneira significativa quanto ao seu quantitativo, marcando história na educação brasileira. Percebemos ainda que as transformações durante os anos contribuíram, significativamente, para criação de novos programas e cursos nas diferentes regiões brasileiras e, conseqüentemente, oportunizando a qualificação para o mercado de trabalho, apesar de se manter concentrado nas regiões sul e sudeste.

**Abstract:** This article is an integral part of the master's dissertation entitled "Stricto Sensu Postgraduate Studies in the Potiguar Semi-arid: The Quest for Overcoming Regional Asymmetry: A Study at UERN/Campus Pau dos Ferros (RN)," highlighting the current scenario of Stricto Sensu Graduate Programs in Brazil, which has undergone various changes over the years. Based on this premise, in this essay, we present the history of Stricto Sensu postgraduate education, rooted in the European model of the 1940s, advancing to the 1960s through an agreement with the Ford Foundation in the field of Engineering. This led to the establishment of the Coordinating Committee for Engineering Graduate Programs (COPPE), which saw the creation of courses aimed at postgraduate studies in the aforementioned areas, marking the beginning of their emergence and establishment in Brazil up to the present day. The research is qualitative in nature and theoretical, grounded in the works of theorists and scholars such as Brasil (2018), Balbachevsk (2005), Hostins (2006), Kuenzer and Moraes (2005), Minayo (2001), Moritz and Melo (2011), Pádua (2004), Richardson (2011), Santos (2003), and Silva (2010). It is thus substantiated through documents from funding agencies CAPES, CNPQ, MEC, articles, and journals recognized in the academic field, as well as Decrees, Statutes, and Laws that underpin and evaluate Brazilian postgraduate education, which characterize the processes of transformation in this educational sector. The studies emphasize that postgraduate education has significantly increased in terms of quantity, marking a milestone in Brazilian education. We also observe that the transformations over the years have significantly contributed to the creation of new programs and courses in different Brazilian regions, consequently providing opportunities for qualification in the job market, despite remaining concentrated in the southern and southeastern regions.

**Palavras-chave:** História. Ensino. Pós-graduação

**Keywords:** History. Education. Graduate Studies.

## Introdução

A pós-graduação *stricto sensu* tem como objetivo formar profissionais mais especializados e capacitados em determinadas áreas de atuação, tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* têm sido ofertados em instituições, faculdades e universidades localizadas nos mais diversos estados brasileiros, em diferentes áreas de conhecimentos. Mas foi a partir na década de 1960, através do Parecer nº 977 CES/CFE, publicado em 03 de dezembro de 1965 que se discute a natureza da pós-graduação, lato e *stricto sensu* no Brasil, destacando o conceito, breve história e necessidade. Esse parecer, também conhecido como Parecer Newton Sucupira, seu relator, tem como propósito implementar políticas de desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação ainda não disseminados no Brasil (Hostins, 2006; p. 134).

Adentrando-se nas especificidades contemporâneas das pós-graduações *stricto sensu*, estas compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos (art. 44, III, Lei nº 9.394/1996.)<sup>1</sup>. Nessa estima compreender sua historicidade, apresentando o processo de transformações postas no ensino, evidenciando sua importância dentro do cenário educacional se torna um estudo conveniente e instigante a ponto de fazermos e respondermos à pergunta inicial postulada no nosso estudo: Como se constituiu a historicidade da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil frente às conquistas e aos desafios do cenário educacional brasileiro? Com intuito de respondermos nossa pergunta problema fomentamos o nosso objetivo geral a qual se expressa: Apresentar a historicidade das pós-graduação *stricto sensu*, bem como o processo de transformações postas no ensino desde a década de 1930, até os dias atuais.

## Metodologia

O presente estudo origina-se de um percurso metodológico, embasado em uma abordagem qualitativa por analisar/apresentar um estudo em um determinado contexto social em questão, tendo uma segmentação de análise de dados com finalidade de significações, percepções, conhecimentos. Minayo (2013, p.21) relata que esta abordagem se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Para o referido estudo, nos embasamos nos seguintes autores: Brasil (2018), Balbachevsk (2005), Hostins (2006), Kuenzer e Moraes (2005), Minayo (2001), Moritz e Melo (2011), Santos (2003), Silva (2010). Para a pesquisa documental, foi analisado os documentos de órgão de fomento CAPES, CNPQ, MEC, artigos e revistas validades no meio acadêmico, como também, Decretos, Estatutos e Leis que embasam e avaliam as pós-graduações brasileiras. Para perpassar o aporte teórico metodológico usamos Minayo (2001), Pádua (2004) e Richardson (2011). O estudo bibliográfico se faz presente pela aquisição de informações advindas a luz de outros autores a qual trabalham com o tema em questão (PÁDUA, 2004). Quanto a pesquisa documental, ela se faz presente no estudo por estarmos nos fundamentam e repassando informações oriundas a qual se expressa pela legitimidade documental, publicada por órgãos compromissados com o assunto em pauta. De tal maneira Richardson (2011), expõe tal passagem.

Diante a problemática em estudo e o percurso metodológico apresentados, o artigo está estruturado em quatro seções hierarquicamente organizadas com ideias centrais, que assim destacamos: a historicidade, a transformação e sua importância.

---

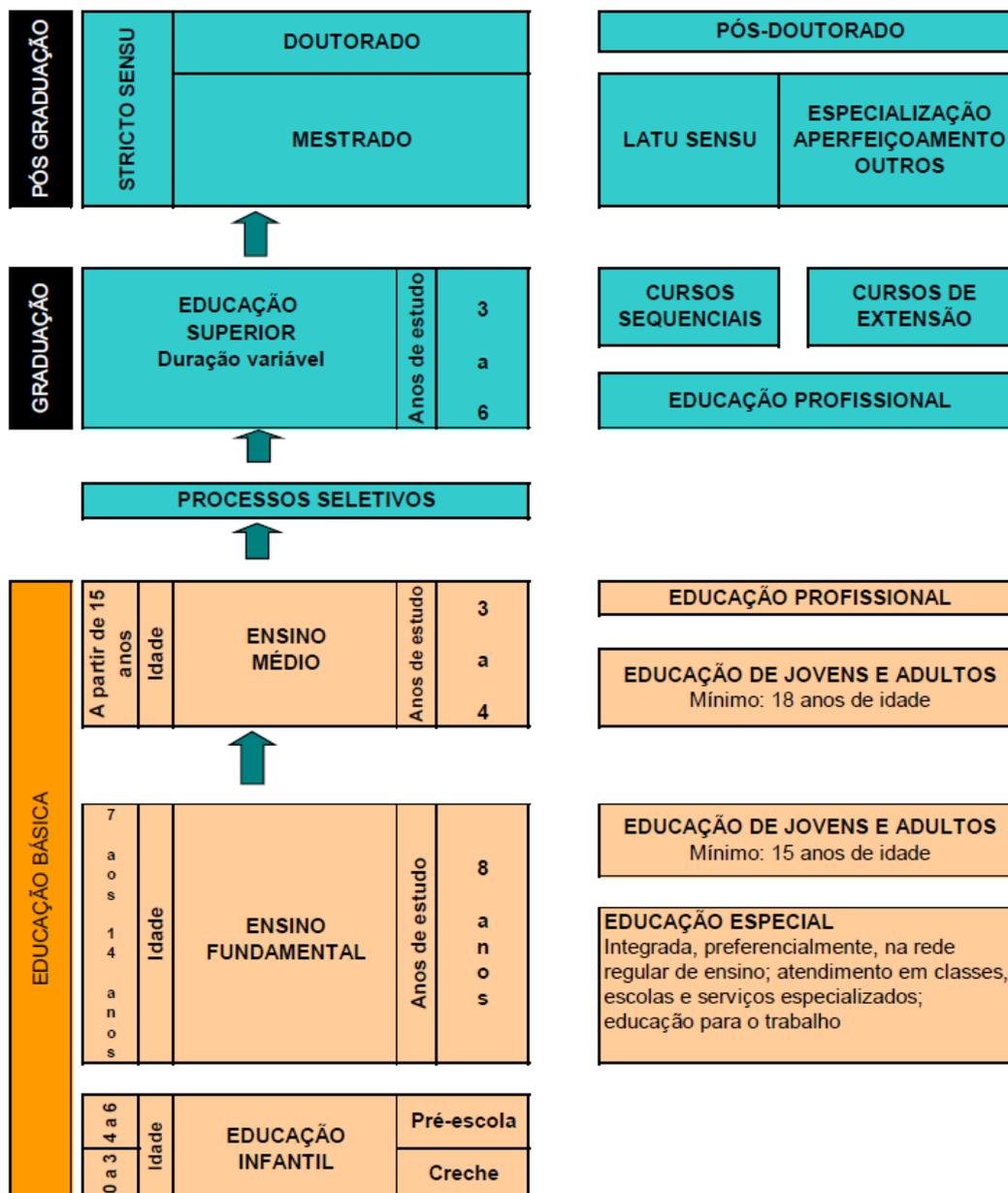
<sup>1</sup> A LDB foi criada para regular e organizar a educação brasileira, é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). A LDB é composta por 92 artigos que versam sobre os mais diversos temas da educação brasileira, desde o ensino infantil até o ensino superior.

## A historicidade das pós-graduação *stricto sensu*: um olhar teórico e documental a luz do cenário educacional brasileiro

A oferta do Ensino Superior no Brasil vem expressando uma significativa expansão nos últimos anos, proporcionando um projeto de desenvolvimento social e compromisso com a sociedade no tocante a necessidade de uma formação em nível de graduação e pós-graduação, constituindo, assim, na universidade o seu papel transformador e disseminador de novos conhecimentos através do ensino, pesquisa e extensão.

O ensino brasileiro atualmente está organizado perante a Lei de nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96), assim expresso: Educação Básica (formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e Educação Superior (cursos de graduação, cursos de pós-graduação, cursos sequenciais e cursos de extensão). A pós-graduação é caracterizada como especializações e a aperfeiçoamentos denominados como *Lato Sensu*, e as que estamos em questão *Stricto Sensu* que são cursos de Mestrado e Doutorado, conforme demonstrado no diagrama 01, abaixo, da organização e estrutura da educação brasileira.

**Diagrama 1.** Organização e Estrutura da Educação Brasileira



Fonte: DELFINO, 2020, com base no OEI – Ministério da Educação de Brasil, 2018.

Esse processo organizacional evidencia os objetivos de cada nível e modalidade de ensino. A educação básica compreende a educação Infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e suas modalidades (Educação profissional, educação de jovens e adultos, educação a distância, educação especial), tem como objetivo a preparação do indivíduo para o exercício da cidadania, o desenvolvimento pessoal e preparação para o trabalho. A educação superior visa a formação pessoal do indivíduo, atrelados a busca pelo conhecimento e aprofundamentos dos estilos recebidos nos anos anteriores da escolarização.

Tratando da historicidade da pós-graduação no cenário brasileiro, remontamos à década de 1930, cujo caracterização era pautada no modelo europeu. Lembramos que o Brasil vivia o contexto do crescimento industrial, remontando a uma emergente demanda por qualificação de mão-de-obra, repercutindo diretamente na responsabilização do Estado pelo provimento do ensino público. O ensino superior e, portanto, da formação de recursos humanos de alto nível, deveria atender necessidades do mercado, uma estratégia necessária para o desenvolvimento do país.

Tratando da pós-graduação, segundo Santos (2003), na década de 1930 foram implantados os primeiros cursos de pós-graduação no Brasil. No entanto, foi só na década de 1940 que pela primeira vez é utilizado o termo “pós-graduação”, quando é publicado o Decreto Nº 21.321, de 18 de junho de 1946, em seu artigo 71, aprovando o Estatuto da Universidade do Brasil. Kuenzer e Moraes (2005) retratam que no ano de 1940, foi o momento em que a pós-graduação ganhou visibilidade no Brasil tendo como *locus* as Universidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A princípio, este ensino tinha como objetivo formar professores com capacidade de atender com qualidade à expansão do ensino superior e, conseqüentemente, para o posterior desenvolvimento da pesquisa científica.

Após esse marco legal, começa na década de 1950 os acordos legitimados entre os Estados Unidos e o Brasil que implicavam em uma série de convênios entre escolas e universidades norte-americanas e brasileiras por meio do intercâmbio de discentes, pesquisadores e docentes. Mas é somente na década de 1960, que as pós-graduações dão saltos significativos diante ao cenário educacional brasileiro. Momentos este de desenvolvimento e impulso no sistema de pós-graduação brasileira, onde através de um Convênio com a Fundação Ford, formando a Comissão Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), instalando-se na Universidade de Brasília (UnB) o Curso de Mestrado em Matemática, como também a implantação do mestrado e doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, passando assim a dar suporte aos setores universitários, até então não dispondendo deste tipo de serviços, nos processos de oferta de suporte, automação e condições necessárias aos setores das universidades para desenvolverem suas pesquisas (Besteiro, 2009).

A assinatura deste Convênio entre o Brasil e Estados Unidos veio a proporcionar assistência técnica, financeira e o desenvolvimento a aplicação de novas técnicas e métodos em projetos e pesquisas nas áreas de educação, pesquisas agrícolas, recursos naturais, produção agrícola e projetos de extensão rural, como também a o investimento em bibliotecas, compra de materiais para laboratórios, e posteriormente, a oferta de bolsas de estudos e de pesquisas para o desenvolvimento das pesquisas desenvolvidas e a serem desenvolvidas através deste Convênio (Silva e Botelho, 2015).

Ainda com resquícios da década de 1950 e seguindo a ordem de implantação dos programas e cursos de pós-graduação e, a partir de métodos meritocráticos, passou a ser distribuídas bolsas de pós-graduação no Brasil e no exterior, ambas apoiadas pela Fundação Ford e Rockefeller, ambas de caráter norte-americanas (Balbachevsk, 2005)

Silva (2010) apresenta que em 1965, o Governo Federal adotou medidas apoiadas no modelo norte-americano para formalizar a pós-graduação reconhecendo esta como um novo nível de educação, além do bacharelado.

Moritz e Melo (2011) descrevem que nesse período aconteceram importantes iniciativas na criação de programas de mestrados e doutorados nas seguintes universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro, cursos de Físicas e Biológicas, Universidade de Brasília, mestrado em matemática, o doutorado do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o mestrado e doutorado na Escola Superior de Agricultura de Viçosa e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assim como o curso de engenharia aeronáutica no Instituto Tecnológico da Aeronáutica em São José dos

Campos (MAer/ITA)

Ainda na década de 1960, especificamente no de 1965, institui-se o Parecer Sucupira, de nº 977, apresentado ao Conselho Federal de Educação, cujo objetivo era a implantação formal dos cursos de pós-graduação no Brasil. Segundo o seu relator Newton Sucupira, o modelo de pós-graduação a ser implantado era adequado à nova concepção de universidade, oriundo dos países mais desenvolvidos do mundo (MEC/CFE, parecer nº 977/65).

Três anos depois, em 1968, a regulamentação da pós-graduação ocorreu perante a reforma universitária. Tal reforma originou-se em espelho ao modelo norte-americano substituindo o modelo de cátedras pela organização departamental, assim veio à tona a contratação de professores em tempo integral e substituiu o sistema tradicional de cursos sequenciais pelo sistema de créditos. Perante tal história, surge os níveis de mestrado e doutorado, seguindo os modelos de uma estruturação americana. Nessa circunstância regulamentou-se a especialização, sendo que o mestrado e o doutorado tinham mais liberdade, no seu início de implantação (Balbachevsk, 2005).

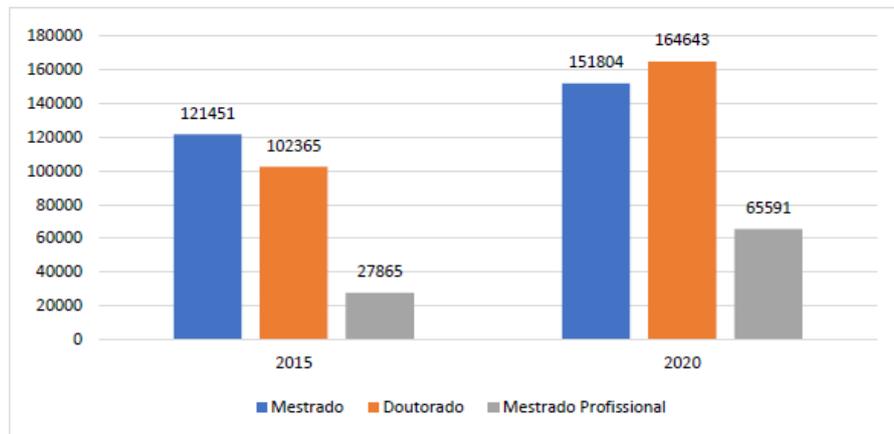
No decorrer do seu processo de implantação e consolidação das pós-graduações, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) vem fazendo acompanhamentos e a avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil desde 1976. Assim os primeiros Programas Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) priorizaram a formação para o meio acadêmico em detrimento da atividade profissional ou da própria formação do pesquisador.

Nesse prisma, a pós-graduação *stricto sensu* compreende programas de mestrado, que geralmente têm duração de 02 (dois) anos e como requisito para aprovação a defesa de uma dissertação, quanto aos programas de doutorado, estes têm uma duração de 04 (quatro) anos e como requisito para aprovação a defesa de uma tese. Podendo haver prorrogação de 06 (seis) meses para o mestrado e 12 (doze) meses para o doutorado, em ambos os casos embasados de justificativa para o processo de pedido de prorrogação de tempo. Vale salientar que no Brasil existem dois tipos de mestrado, sendo eles: Mestrado acadêmico: que tem como objetivo formar docentes para o ensino médio e superior e o Mestrado profissional cujo seu objetivo é qualificação profissional. A modalidade de mestrado profissional teve início na década de 1990. Em 2017, o Ministério da Educação (MEC) instituiu a modalidade de Doutorado Profissional, com objetivo de capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada.

Traçando a situação panorâmica de 2009 da pós-graduação brasileira segundo o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011 – 2020), apresentamos os seguintes dados: em 2009, haviam 2.719 programas em atividade responsáveis por 4.101 cursos, sendo: 2.436 de mestrado (59,4%); 1.422 de doutorado (34,7%) e 243 de mestrado profissional (5,9%). Havia 57.270 docentes e 161.117 estudantes matriculados ao final de 2009, sendo destes 103.194 alunos de mestrado e mestrado profissional e 57.923 alunos de doutorado. Atualmente as pós-graduações estão divididas em 49 (quarenta e nove) áreas de avaliação, distribuídos em 03 (três) Colégios: Ciências da Vida; Ciências Exatas; Tecnologias e Multidisciplinar e Colégio de Humanidades; e 09 (nove) Grandes Áreas: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Multidisciplinar; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes.

Perante o relatório final de 2016/17 comissão especial de acompanhamento do PNPG 2011 – 2020 projeta de forma visual um gráfico quantitativo que expressa o número de discentes matriculados nas pós-graduações entre o período de 2016 e 2020.

**Gráfico 1.** Discentes Matriculados na P-G, 2015 e 2020 (Projeção)



Fonte: DELFINO, 2020.

Diante aos números expostos no gráfico percebe-se que a projeção apresentada para o ano de 2020 apresenta um avanço bastante significativo, perante aos cursos expresso: Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional, em conformidade com os dados apresentados para o ano de 2015. Em consonância ilustrativa em números se apresentam de acordo com o PNPG 2011 – 2020: O número de alunos titulados nos cursos de mestrado, que em 2015 foi de 46.517, deverá alcançar o total de 58.169 em 2020. O quantitativo de alunos titulados em cursos de doutorado, deverá observar um crescimento de 51,52%. Estes, que em 2015 foram 18.625, em 2020 devem chegar a 28.222. Os cursos de mestrado profissional, que em 2015 titularam 8.407 alunos, deverão atingir em 2020 a marca de 19.722 alunos titulados. No conjunto, considerados os números projetados, os alunos titulados em cursos de mestrado deverão representar 54,81% do total de titulados, os alunos de doutorado 26,59% e os alunos de mestrado profissional deverão representar 18,58% do total.

De acordo com a Plataforma Sucupira, no Brasil temos um total de 4.560 Programas de Pós-Graduação, sendo 1.343 mestrado acadêmico, 89 doutorados acadêmicos, 815 mestrados profissionais, 02 doutorados profissional, 2.290 mestrados e doutorados acadêmicos e 21 mestrados e doutorados profissional. Em relação a Cursos temos a divisão de 6.873 Cursos de Pós-Graduação, divididos em 3.633 mestrado acadêmico, 2.380 doutorados acadêmicos, 837 doutorados profissional e 23 doutorados profissional, assim distribuição nas 05 (cinco) regiões do Brasil: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul, conforme evidenciaremos no Quadro abaixo.

**Quadro 1.** Cursos Avaliados e Reconhecidos pela Capes

Região	Total de Programas de pós-graduação							Totais de Cursos de pós-graduação				
	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
CENTRO-OESTE	378	140	11	58	0	169	0	547	309	180	58	0
NORDESTE	936	391	20	161	1	364	2	1302	755	384	163	3
NORTE	265	123	3	52	0	87	3	357	210	91	56	3
SUDESTE	1981	395	42	383	1	1161	10	3152	1556	1203	393	11
SUL	977	294	13	161	0	509	6	1492	803	522	167	6
<b>Totais</b>	<b>4560</b>	<b>1343</b>	<b>89</b>	<b>815</b>	<b>2</b>	<b>2290</b>	<b>21</b>	<b>6873</b>	<b>3633</b>	<b>2380</b>	<b>837</b>	<b>23</b>

ME: Mestrado Acadêmico  
 DO: Doutorado Acadêmico  
 MP: Mestrado Profissional  
 DP: Doutorado Profissional  
 ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico  
 MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional

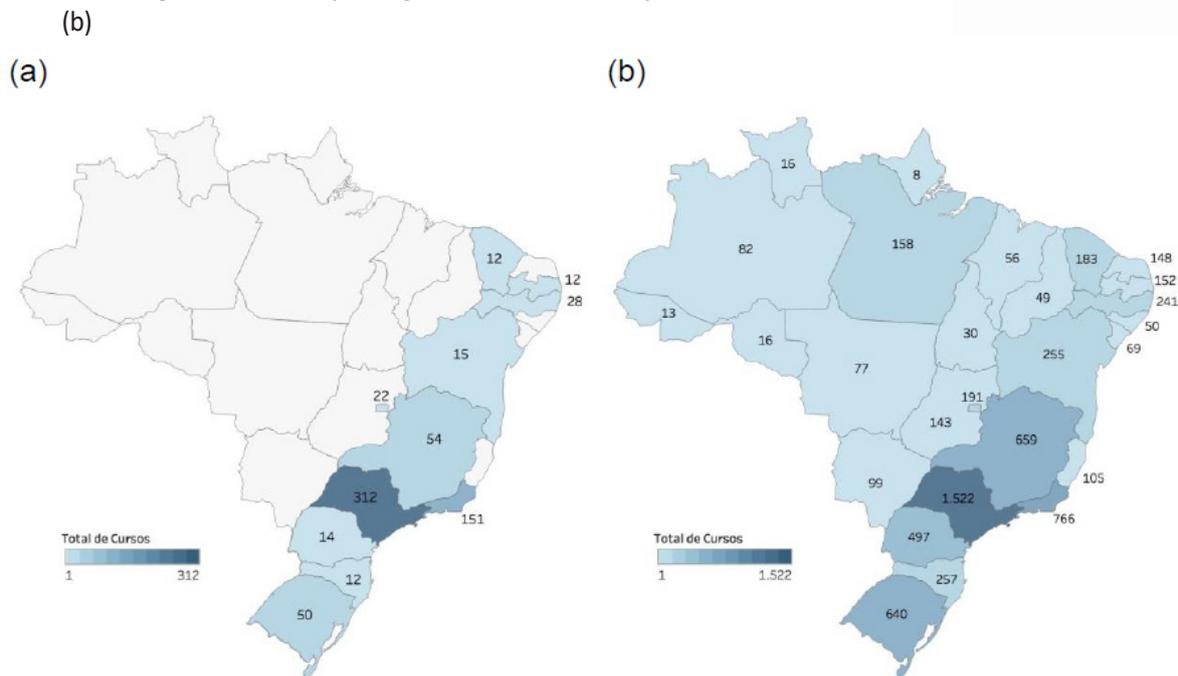
Fonte: DELFINO, 2020, com base na Plataforma Sucupira, 2019.

Notadamente, as cinco regiões brasileiras oferecem pós-graduação *stricto sensu*, oferecendo Programas e Cursos de pós-graduação, merecendo destaque para a região sudeste onde há maior concentração desta oferta de ensino, 1.981 (um mil, novecentos e oitenta e um) Programas de pós-graduação e 3.152 (três mil, cento e cinquenta e dois) Cursos de pós-graduação. Outro elemento

que não podemos deixar passar é o a oferta de Doutorado Profissional que só existem 02 (dois) Programas no Brasil, um localizado na região nordeste e outro na região sudeste.

Paralelamente, a este novo cenário, podemos evidenciar na Figura 01 a distribuição regional das pós-graduações no Brasil no período de 1976 (a) e 2017 (b), onde podemos perceber uma maior oferta destes cursos na atual apresentação desta modalidade de ensino.

**Figura 1.** Distribuição Regional das Pós-Graduações no Brasil no Período ne 1976 (a) e 2017



**Fonte:** DELFINO, 2020, com base em Brasil, 2018.

Como podemos perceber no mapa *a*, evidenciamos uma concentração das pós-graduações nas regiões sul e sudeste, com uma pequena distribuição no Nordeste e no Distrito Federal, diferentemente do panorama apresentado no mapa *b*, onde passa a apresentar uma maior disseminação de cursos, estando presente em todas as regiões do Brasil, apresentando, assim, uma expansão de forma considerável do sistema educacional. Embora, a pós-graduação permaneça concentrada nas regiões sul e sudeste.

Nessa estimativa, percebe-se que a história das pós-graduações *stricto sensu* no Brasil galgou-se por vários períodos, trazendo resultados pertinentes para a sociedade, contemplando, assim, as cinco regiões brasileiras com esta oferta de ensino, de forma a zelar pelo objetivo proposto pelos PNPGs. Atribuindo-se valor teórico nesta seção aprofundaremos no próximo tópico aspectos de processuais das pós-graduações *stricto sensu* brasileira.

### Transformações na Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil

No decorrer da historicidade da pós-graduação, os primeiros Programas de Pós-Graduação priorizaram a formação para o meio acadêmico em detrimento da atividade profissional ou da própria formação do pesquisador. Pesquisador este que tem ligação correlata diretamente com as modalidades de ensino que antecedem o seu processo de caminhar e chegar a cursar uma pós-graduação em modalidade *stricto sensu*.

Para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a pós-graduação tem como objetivo a formação do pesquisador, o pesquisador científico para o aprofundamento dos saberes adquiridos e desenvolver competências científicas e técnicas que não se tem na formação durante o processo de graduação. O núcleo da pós-graduação é a pesquisa.

Para se fazer pesquisa se necessita esforço e dedicação ao estudo, objetivos que o aluno de pós-graduação deve ter e buscar durante o seu processo formativo.

A pós-graduação é um sistema de cursos constituído para favorecer a pesquisa científica e o treinamento avançado. Seu objetivo imediato é proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de se adquirir no âmbito da graduação. Para além destes interesses práticos imediatos, a pós-graduação tem por fim oferecer, dentro da universidade, o ambiente e os recursos necessários para que se realize a livre investigação científica na qual possa afirmar-se a criação nas mais altas formas da cultura universitária. (CAPES, 2015).

Desde 1976 que Capes vem fazendo acompanhamentos e a avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. No ano de 1981, através do Decreto nº 86.791, a CAPES passa a ser reconhecida como a responsável pelas formulações do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, estando desde o ano de 1960 a frente do processo de criação e formulação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), traçando metas, objetivos e estratégias para impulsionar as pós-graduações brasileiras.

Durante o processo de formulação do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) no Brasil, já passamos por 05 (cinco) PNPG, que tem vem objetivar o avanço nas propostas de implementação de políticas públicas de pós-graduação e de pesquisas em território nacional a partir de definição de estratégias, diretrizes e metas para impulsionar o processo de melhorias e oferta das pós-graduações no Brasil, conforme veremos no Quadro 02 abaixo:

**Quadro 2.** Plano Nacional de Pós-Graduação

Nome do Documento	Características
I Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 1975/1979	Teve como principal missão introduzir o princípio do planejamento estatal das atividades da pós-graduação, então recentemente implantada em âmbito federal, integrando-as na graduação e fomentando a pesquisa, com o objetivo de formar especialistas – docentes, pesquisadores e quadros técnicos – para o sistema universitário, o setor público e o segmento industrial
II Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 1982/1985	Mantém as ênfases do Plano anterior, e acrescenta-lhes o crivo da qualidade nas atividades da pós-graduação, tendo como instrumento a avaliação, que já existia em estado embrionário desde 1976 e que será então aperfeiçoada e institucionalizada. Em contraste, ao sofrer os influxos da época e do ambiente político (Nova República), tendo como valor axial a conquista da autonomia nacional
III Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 1986/1989	Subordina as atividades da pós-graduação ao desenvolvimento econômico do país, mediante a integração das atividades ao sistema nacional de ciência e tecnologia

<p>IV Plano Nacional de Pós-graduação</p>	<p>Já o 4º Plano, que não foi promulgado, mas cujas diretrizes foram adotadas pela CAPES, se caracterizou pelas ênfases na expansão do sistema, na diversificação do modelo de pós-graduação, na introdução de mudanças no processo de avaliação e na inserção internacional do SNPG</p>
<p>V Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2005/2010</p>	<p>Caracteriza-se pela introdução do princípio de indução estratégica nas atividades de pós-graduação em associação com as fundações estaduais e os fundos setoriais, o aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação (conceito de nucleação, revisão do Qualis e introdução do PROEX), a preocupação com a solidariedade entre os cursos e seu impacto social, a expansão da cooperação internacional, o combate às assimetrias, a formação de recursos humanos para a inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo, e a ênfase na formação de docentes para todos os níveis de ensino, bem como de quadros técnicos via mestrado profissional para os setores de serviços público e privado</p>
<p>VI Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2011/2020</p>	<p>Tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil</p>

**Fonte:** DELFINO, 2020, com base em BRASIL; PNPG 2011-2020. CAPES 2010.

O processo constitutivo e formativos dos PNPGs já ocorridos contemplaram cinco importantes etapas no processo formativo da educação superior brasileira: capacitação de mão de obra docente, atrelado a preocupação no desenvolvimento, desempenho e qualidade do ensino ofertado; busca do desenvolvimento nacional através da interação entre a pesquisa desenvolvida nos setores educativos e o setor produtivo; a busca pela flexibilização dos modelos de pós-graduação presentes no Brasil, com vistas a modernização do processo avaliativo e destaque aos processos de internacionalização e a busca pelo combate às assimetrias e evidenciando a importância do desenvolvimento de atividades em nível de pós-graduação à população, como também nos setores privados da sociedade.

Para o PNPG 2011/2020, a proposta visa expectativas e possibilidades de desenvolvimento de novas mudanças no sistema educacional e impactos nos mais diversos setores da sociedade. Impactando a pós-graduação e pesquisas no Brasil, como também passando ao processo de internacionalização e abertura da entrada e saída de discentes das pós-graduações (mestrado e doutorado) em fazerem estágios sanduiches e a participações de discentes brasileiros em eventos e congressos nacionais e internacionais, apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como também, o apoio de agências de fomentos nacionais e internacionais.

### **A importância da pós-graduação *stricto sensu* para a comunidade acadêmica e profissional**

A pós-graduação *stricto sensu* e sua colaboração na produção de conhecimentos para a qualificação profissional bem como para as atribuições postas pelo mundo globalizado, tem um papel de suma importância nos âmbitos acadêmicos, bem como profissional.

Partindo da prévia que comporta a particularidade e a essência das pós-graduações as quais são apresentadas no seio acadêmico ou no mercado de trabalho, evidenciam que cada vez mais

a procura por curso de pós-graduação stricto sensu tendo em vista as exigências por qualificação no mercado de trabalho. Tal situação posta, revestem de capilaridade e positiva influência destes cursos que tem a missão de preparar o indivíduo para produzir conhecimento e socialmente significativo, para uma sociedade em constante transformações.

O crescente número de curso de pós-graduação acompanhou o movimento de ampliação das áreas de conhecimento definidas pela Capes. O Quadro 03 mostra, detalhadamente, os Colégios e Grandes Áreas da CAPES.

**Quadro 3.** Colégios e Grandes Áreas da CAPES

Colégio de Ciências da Vida	Ciências Agrárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciências de Alimentos</li> <li>• Ciências Agrárias</li> <li>• Medicina Veterinária</li> <li>• Zootecnia / Recursos Pesqueiros</li> </ul>
	Ciências Biológicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Biodiversidade</li> <li>• Ciências Biológicas I</li> <li>• Ciências Biológicas II</li> <li>• Ciências Biológicas III</li> </ul>
	Ciências da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação Física</li> <li>• Enfermagem</li> <li>• Farmácia</li> <li>• Medicina I</li> <li>• Medicina II</li> <li>• Medicina III</li> <li>• Nutrição</li> <li>• Odontologia</li> <li>• Saúde Coletiva</li> </ul>
Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar	Ciências Exatas e da Terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Astronomia/Física</li> <li>• Ciências da Computação</li> <li>• Geociências</li> <li>• Matemática / Probabilidade e Estatística</li> <li>• Química</li> </ul>
	Engenharias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharias I</li> <li>• Engenharias II</li> <li>• Engenharias III</li> <li>• Engenharias IV</li> </ul>
	Multidisciplinar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Biotecnologia</li> <li>• Ciências Ambientais</li> <li>• Ensino</li> <li>• Interdisciplinar</li> <li>• Materiais</li> </ul>

Colégio de Humanidades	Ciências Humanas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antropologia / Arqueologia</li> <li>• Ciências Políticas e Relações Internacionais</li> <li>• Ciências da Religião e Teologia</li> <li>• Educação</li> <li>• Filosofia</li> <li>• Geografia</li> <li>• História</li> <li>• Psicologia</li> <li>• Sociologia</li> </ul>
	Ciências Sociais Aplicadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo</li> <li>• Arquitetura, Urbanismo e Design</li> <li>• Comunicação e Informação</li> <li>• Direito</li> <li>• Economia</li> <li>• Planejamento Urbano e Regional / Demografia</li> <li>• Serviço Social</li> </ul>
	Linguística, Letras e Artes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artes</li> <li>• Linguística e Literatura</li> </ul>

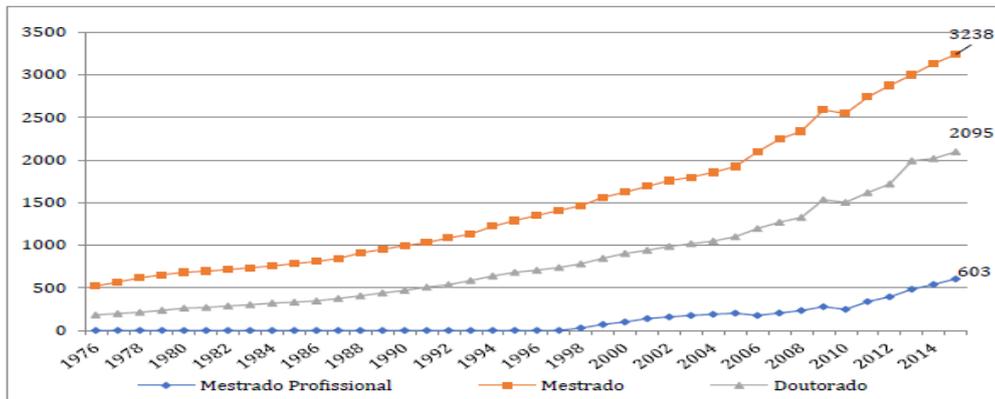
**Fonte:** DELFINO, 2020, com base em CAPES, 2018.

A classificação das Áreas do Conhecimento da Capes tem finalidade de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia. De acordo com a Capes, a organização dessas áreas obedece a uma hierarquização em quatro níveis, do mais geral ao mais específico, abrangendo nove grandes áreas nas quais se distribuem as 48 áreas de avaliação. Estas áreas de avaliação, por sua vez, agrupam áreas básicas (ou áreas do conhecimento), subdivididas em subáreas e especialidades<sup>2</sup>, conforme disposto no quadro 02 acima.

As pós-graduações assumem um papel enriquecedor no cenário formativo. Pelos dados do relatório final de 2016/17 da comissão especial de acompanhamento do PNPG (2011 – 2020), os números que aparecem tornam-se bastante significativos. O Brasil teve um processo educativo tardio comparado a outros países, obteve vários retrocessos nos segmentos educacionais, e até no presente dia sofre prudências gravíssimas na área da educação e mesmo diante de tais percalços tem-se uma amostra e uma projeção de números considerados positivos de discentes pós-graduados, tal resultado é louvável pertinente a discussão, conforme podemos verificar no Gráfico 02.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em 08 de março de 2019.

**Gráfico 2.** Evolução do SNPG, 1976 – 2015



Fonte: PNPG 2011-2020 (até 2010); Geocapes (2011 a 2015). Obs.: Há um conflito de informação, para o ano de 2010, entre as informações apresentadas pelo Geocapes e o SDI/CAPEs

Fonte: DELFINO, 2020, com base no PNPG 2011-2020 (até 2010); Geocapes (2011 a 2015).  
Obs: Há um conflito de informação, para o ano de 2010, entre as informações apresentadas pelo Geocapes e o SDI/CAPEs.

Aos nos depararmos com os dados ora apresentados podemos perceber que os programas de mestrado profissionais como os mestrados e doutorados acadêmicos os longos dos períodos no Brasil passaram a crescer de forma significativa. Ao verificarmos o desenvolvimento dos programas de mestrado profissionais evidenciamos que o mesmo passou por um período de estagnação (1976-1998), sem forma expressiva de visibilidade, onde já existiam numa modalidade acadêmica mais com fins de profissionalização, tendo a sua regulamentação no ano de 1998 através da Portaria 80/1998 – CAPES. Em referência aos programas de mestrado e doutorados acadêmicos podemos perceber que desde o ano de 1976 eles vêm apresentando crescimento considerável, o que vem a fortalecer o processo de formação de pesquisadores na área acadêmica durante o período citado. Percebemos, também, uma maior expressividade, em termos quantitativos, do crescimento do número de programas de mestrado, onde no ano de 2014 esse número representava 3.238, enquanto os programas de doutorado acadêmico representavam 2.095 e 603 programas de mestrado profissional, passando, assim, a apresentar um crescimento padrão na evolução dos indicadores apresentados para o período, comprovando, assim, a missão de expandir a pós-graduação pelo Brasil.

O número de alunos titulados nos cursos de mestrado, em 2015 posto pelo PNPG 2011 – 2020, foi de 46.517, e deverá alcançar em 2020 o total de 58.169. Quanto aos alunos titulados em cursos de doutorado, temos em 2015, 18.625 titulados, em 2020 devem chegar a 28.222. Perante ao mestrado profissional os dados quantitativos são de 8.407 alunos no ano e 2015, e deve atingir em 2020 a marca de 19.722 alunos titulados.

Os processos evolutivos ocorridos ao longo dos anos no SNPG apresentam recomendações para desenvolver reflexões durante o processo avaliativo de cada área de formação da CAPES, respeitando seus processos avaliativos e espaço de tempo, como também analisar as oportunidades reflexivas, levando em consideração os principais modelos avaliativos existentes no mundo em termos de avaliação de pós-graduação, levando em conta as suas notas avaliativas em âmbito nacional e internacional.

Dentre os números apresentados percebe-se que a produção do conhecimento científico e a excelência acadêmica tidas na pós-graduação, lançam perspectivas para o futuro mais comprometedor, embora os desafios sejam visíveis. De tal maneira as pós-graduação neste contexto, traz em si a capacitação de recursos humanos em alto nível de qualificação e com isso, se constituir uma estratégia importante para ingresso e permanência no mercado de trabalho.

## Conclusão ou considerações finais

Historicamente, vimos que as pós-graduações se inicia em modelos europeus, na década de 1940, é que de fato o termo “pós-graduação” ganha sentido no Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil; e após uma década e que de fato a mesma galga-se de maneira mais firme no cenário educacional por meio dos acordos entre Estados Unidos e Brasil que estabeleceram convênios entre escolas e universidades norte-americanas e brasileiras por meio do intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores. Consequente na década de 1960, obtivemos outro avanço, por meio de um convênio com a Fundação Ford, na área de Engenharia, assim, surgiu a Comissão Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), a qual houve a criação de cursos voltados para as pós-graduações assim supracitadas.

Após um feedback histórico percebe-se que os marcos das pós-graduações vieram a crescer em décadas, perceptível que para se chegar aos dias de hoje, estas passaram por um longo processo que os fizeram/fazem as singularidades postas na contemporaneidade dentro da universidade.

Quanto a isso desafios foram lançados e perspectivas foram traçadas, e apesar dos percalços advindos da esfera política e social, há se um grande número de pessoas qualificadas pelas pós-graduações *stricto sensu*, trazendo para debates e estudos grandes contribuições destas para a comunidade acadêmica, e por que não dizer para o mundo, uma vez que um estudo oriundo dessa qualificação perpassa por vários segmentos e traz soluções para várias problemáticas sociais.

Nesse segmento, percebemos que a nossa pergunta problema, foi respondida, de maneira a contemplar os nossos objetivos colocados inicialmente. Após a esta contemplação outros estudos viram à tona, por que dessa inquietação posta nesse trabalho, outras durante este feito forma se fomentando, tais como: Como as pós-graduações *stricto sensu* na região nordeste se firmaram e se encontram hoje? Referimo-nos ao nordeste por sermos dessa localidade geográfica.

Assim sendo, espera-se que o presente artigo, possa contribuir de maneira satisfatória a todos que buscam a teorização histórica e processual das pós-graduações *stricto sensu*.

## Referências

ALMEIDA JUNIOR, A. et al . Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro , n. 30, p. 162-173, Dec. 2005 . Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso). access on 07 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000300014>.

BALBACHEVSKY . Elizabeth. **A pós-graduação no Brasil: Novos Desafios Para Uma Política Bem-Sucedida.** 2005. Disponível em: [www.schwartzman.org.br/simon/desafios/9posgrado.pdf](http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/9posgrado.pdf) . Acesso em 10 jan 2019.

BESTEIRO, A. M. et al. **A pós-graduação e sua contribuição para a formação profissional dos administradores.** SEGeT – SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2009. Disponível em: [www.aedb.br/seget/artigos09/412\\_Seget\\_A\\_pos\\_graduacao\\_na\\_formacao\\_do\\_administrador.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos09/412_Seget_A_pos_graduacao_na_formacao_do_administrador.pdf) . Acesso em: 09 mar 2019.

BRASIL, André. **Gestão de riscos na avaliação de programas de pós-graduação: estratégias para estimar o potencial de sucesso de cursos novos, com base em propostas apresentadas à CAPES / André Brasil.** – Brasília: IPEA, Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento, 2018. 261 f.: il.

BRASIL. **I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979).** Brasília, 1975. Disponível em [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf) . Acesso em 1 jan. 2019.

BRASIL. **II Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985)**. Brasília, 1982. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II_PNPG.pdf). Acesso em 1 jan. 2019.

BRASIL. **III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989)**. Brasília, 1986. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf). Acesso em 1 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 1 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (Capes). **Plano Nacional de Pós-Graduação. 2005-2010**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010**. Brasília: MEC/Capes, 2005.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Portaria 080/1998**. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/1892015-Portaria-CAPES-080-1998.pdf>. Acesso em 10 mar. 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Sobre as Áreas de Avaliação**. Disponível em <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso em 6 jan. 2019.

DELFINO, Luciano Dias. **PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO SEMIÁRIDO POTIGUAR E BUSCA PELA SUPERAÇÃO DA ASSIMETRIA REGIONAL: UM ESTUDO NA UERN/CAMPUS PAU DOS FERROS (RN)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES-UERN. Pau dos Ferros: RN, 2020, 154 p.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CFE nº 977/1965, aprovado em 3 dez. 1965. Revista Brasileira de Educação. n.30, p. 162-173. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>. Acesso em 1 jan. 2019.

Decreto nº 86.791/1981. **Legislação Informatizada - Decreto nº 86.791, de 28 de dezembro de 1981 - Publicação Original**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86791-28-dezembro-1981-436402-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 5 fev. 2019.

ESTATUTO DAS UNIVERSIDADES DO BRASIL. **Legislação Informatizada - Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946 - Publicação Original**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21321-18-junho-1946-326230-norma-pe.html>>. Acesso em 3 fev. 2019.

ESTRUTURA GERAL DO SISTEMA EDUCACIONAL – OEI. Disponível em <https://www.oei.es/historico/quipu/brasil/estructura.pdf>. Acesso em 20 jan. 2019

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, abr. 2006. ISSN 2175-795X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>. Acesso em 7 fev. 2019. doi: <https://doi.org/10.5007/%x>.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em 10 jan 2019

MORITZ, Gilberto de Oliveira; Moritz, Mariana Oliveira; Melo, Pedro Antonio de. **A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos – 2011.** In: [XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul](#). Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/26136>. Acesso em 20 dez 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2013

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa. Abordagem Técnica.** Campinas - SP: Papirus, 2004.

PLATAFORMASUCUPIRA. **Cursos Avaliados e reconhecidos – Região.** Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf;jsessionid=lpC19tcuSCVdbQWNHksjYjWE.sucupira-213>. Acesso em 05 fev 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry; **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3. ed. Revista Ampliada: São Paulo, 2011.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, Aug. 2003. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302003000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000200016&lng=en&nrm=iso). Acesso 3 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302003000200016>.

SANTOS, A. C. P. dos. Análise setorial: ensino superior. **Gazeta mercantil**, v. 2. p. 238 – 239. 2000.

SILVA, Mariléia Maria da. Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 243-260, Mar. 2010. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000100013&lng=en&nrm=iso). Acesso em 1 fev 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000100013>.

Silva, G. B.; Botelho, M. I. V. Os Convênios Internacionais entre a Universidade De PURDUE e UREM/UFV: A Ciência em Rede (1958-1973). **Revista Caminhos de Geografia.** Uberlândia. V. 16, n. 54 Jun/2015, p. 49–63. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/27282>. Acesso em 10 mar 2019

Recebido em 29 de outubro de 2024

Aceito em 15 de julho de 2025